



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

DEISY MARY PEREIRA BARBOSA

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA
CONSTRUTIVA E MEDIADORA**

**LIMOEIRO – PE
2013**

DEISY MARY PEREIRA BARBOSA

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA CONSTRUTIVA E
MEDIADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em pedagogia na
Modalidade à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a MS Cristiane Sousa de
Assis

**LIMOEIRO - PE
2013**

B238a Barbosa, Deisy Mary Pereira.

Avaliação na educação infantil: uma proposta construtiva e mediadora / Deisy Mary Pereira Barbosa. – João Pessoa: UFPB, 2014.

42f.

Orientador: Cristiane Sousa de Assis

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Avaliação. 3. Instrumentos avaliativos.
I. Título.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA CONSTRUTIVA E MEDIADORA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a MS Cristiane Sousa de Assis

Aprovada em: 10 /01/ 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS Cristiane Sousa de Assis
Orientadora

Prof^a. MS Célia Maria Cruz Marques Chaves
Prof^o. Convidado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, aos meus filhos Ana Vitória e João Vitor, ao meu esposo Jesoaiás, que em todo percurso esteve comigo me fortalecendo.

AGRADECIMENTO

A Deus que me permitiu trilhar esta caminhada.

A Jesus que intercedeu por mim junto ao Pai e ao Espírito Santo que me consolou nas horas de aflição.

A toda minha família (pai, mãe, esposo, filhos, irmãs, irmãos, sobrinhos (as), sogro, sogra, cunhados (as), amigos, enfim, a todos que acreditaram em mim.

A grande amiga Sergiane Alves que sempre me incentivou a cursar a universidade e que durante todo o percurso esteve comigo me dando forças pra continuar.

Aos meus colegas de graduação pelo companheirismo.

A professora formadora Idelsuite de Sousa Lima por seu compromisso e excelente trabalho.

A minha orientadora Prof^a. Cristiane Sousa de Assis, pela paciência, disponibilidade e orientação segura e competente.

Aos profissionais responsáveis pelo Pólo da UAB em Limoeiro, principalmente o educador, revisor e grande amigo Adiel Mélo.

“Espero que haja um dia em que os alunos serão avaliados também pela ousadia de seus voos... Pois isto também é conhecimento.”

Rubens Alves

RESUMO

Sabe-se que o ato de avaliar faz parte de todo processo educacional, contudo, quando se trata da educação infantil essa ação deve ser realizada com o objetivo de acompanhamento e nunca com o de promoção para séries subseqüentes, como é o caso do ensino fundamental. Nesta perspectiva, este trabalho se propôs a analisar a avaliação na educação infantil segundo o que preconiza o Referencial Curricular para Educação infantil (RCNEI) e as Diretrizes curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI). Conforme o Referencial Curricular para Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais para educação Infantil, o papel do professor é de mediador na construção da aprendizagem de seu alunado e neste sentido, deverá compreender a avaliação como objeto de mediação de sua ação pedagógica. Autores como Luckesi (1997) e Hoffmann (2012) contribuíram com a pesquisa através de suas teorias, que dão ênfase ao modelo de avaliação construtiva e mediadora. Tanto as teorias como os documentos utilizados neste estudo, demarcam a observação e o registro como instrumentos avaliativos necessários para a efetivação do processo. Convém ressaltar que tanto a observação permanente como os registros sistemáticos devem ser considerados importantes instrumentos que fornecem subsídios para o processo avaliativo na educação infantil. Em síntese, a partir das fontes estudadas, verificou-se que a avaliação na educação infantil deverá ser realizada de forma construtiva e mediadora, no sentido de favorecer o crescimento e o desenvolvimento da criança integralmente.

Palavras-Chaves: Avaliação. Educação Infantil. Instrumentos Avaliativos

ABSTRACT

It is known that the act of evaluating a part of the whole educational process, however, when it comes to early childhood education that action should be undertaken with the aim of monitoring and never with the promotion for subsequent series, such as elementary school. In this perspective, this study aimed to analyze the evaluation in early childhood education according to which recommends Curriculum Framework for Children's Education (RCNEI) and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI). According to the Curriculum Framework for Early Childhood Education and National Guidelines for Children's education, the role of the teacher is a mediator in the construction of learning of their pupils and in this sense, should include the assessment of mediation as an object of his pedagogical action. Authors like Luckesi (1997) and Hoffmann (2012) contributed to the research through his theories, which emphasize the constructive and mediator evaluation model. Any theories as the documents used in this study, demarcate the observation and recording as evaluative tools necessary for the realization of the process. It is worth noting that both the continuous observation and systematic records should be considered important instruments which facilitate the evaluation process in early childhood education. In summary, from the sources studied, it was found that the assessment in early childhood education should be conducted in a constructive and mediating shape, in order to promote growth and development of the child fully.

Key Words: Assessment. Early Childhood Education. Evaluation Instruments

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

RCNEI – Referência Curricular Nacional para Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
1.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
1.2 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
1.3 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS ORIENTADOS PELO O REFERENCIAL CURRICULARA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
2. METODOLOGIA.....	31
3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

Segundo Hoffmann (2012) avaliar é inerente ao ser humano. A todo o momento estamos valorando o que está a nossa volta. Durante muito tempo o termo avaliar foi sinônimo de julgamento. No contexto escolar, o processo avaliativo sempre gerou controvérsias, pois neste ambiente são realizadas atividades que são analisadas e mensuradas através de instrumentos que indicarão se o aluno assimilou o conteúdo estudado e quaisquer que sejam os instrumentos utilizados perpassarão pela visão do professor, pois este é o principal responsável pela avaliação.

Conforme Hoffmann (IBID) avaliar é uma tarefa bastante complexa, que exige do avaliador uma postura crítica, consciente, mediadora e construtiva, uma vez que sua ação pode contribuir ou dificultar, ao ponto de excluir um estudante da oportunidade de aprender. Segundo a autora, a avaliação mediadora engloba intervenção pedagógica: “sem a ação pedagógica, não se completa o ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação” (HOFFMANN, 2012, p.15).

As atividades planejadas e os recursos utilizados para verificação da aprendizagem fazem parte do processo, no entanto a avaliação só é concluída quando o professor intervém pedagogicamente, antes disso, os procedimentos fazem parte do percurso, mas não é a finalização.

No contexto da educação infantil, o professor é visto como uma ponte que interliga as crianças aos objetos de conhecimento. Sua função é organizar e propiciar espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança, como preconiza o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998). Nessa perspectiva, o educador torna-se elemento fundamental do processo avaliativo, pois é ele que intermedia essa ação.

Conforme esclarece Hoffmann (2012), a relação professor e aluno irão propiciar momentos de aprendizagens significativas. É durante essas situações que as crianças vão construir laços que as ajudarão a compreender o mundo em sua volta. É importante que o professor da educação infantil compreenda que o aluno ao chegar à sala de aula já traz consigo suas próprias experiências. Essas irão refletir em suas ações, pois como defende Vygotsky (1988), a criança é influenciada pelo

meio social em que vive. Portanto, o contexto educacional que essa criança está inserida pode influenciar no seu desenvolvimento, onde a ação avaliativa faz parte deste processo.

Convém ressaltar ainda que a avaliação realizada na educação infantil distingue-se da avaliação que é realizada no ensino fundamental. A distinção começa pelo o objetivo principal desta ação que é a verificação da aprendizagem.

No ensino fundamental, por exemplo, a avaliação tem o objetivo de promover ou não o aluno para séries subsequentes, enquanto que na educação infantil ela tem o objetivo de diagnóstico. Pode-se observar que os instrumentos utilizados para esta ação também se diferenciam. Naquela modalidade de ensino, vários são os instrumentos utilizados, como: provas escritas, provas orais, seminários, questionários, pesquisas e etc. Já na educação infantil a avaliação é processual, efetivada dia a dia e para isto são utilizados registros que descreverão as ações realizadas no cotidiano da sala de aula.

Segundo o RCNEI (1998, p.58), “a observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática.” Por meio destes instrumentos o educador poderá acompanhar o desenvolvimento das crianças vendo como cada uma demonstra sua particularidade.

Conforme Hoffmann (2012) os instrumentos avaliativos são utilizados durante o processo, mas não é a avaliação em si. Estes, apenas auxiliarão o acompanhamento no tocante a descoberta das falhas que estão ocorrendo na aprendizagem. Portanto, são secundários para o ato avaliativo. De acordo com a autora a observação e o registro ajudarão o professor a refletir sobre seu planejamento, observando se este está adequado a faixa etária em que trabalha e se está rendendo resultados. Esse acompanhamento comumente é feito através da escrita, mas também podem ser utilizados vídeos gravados pelo próprio professor, fotografias e as produções que as crianças realizam no seu dia a dia.

Ainda segundo Hoffmann (2003), avaliar é muito mais que conhecer o aluno, é reconhecê-lo como uma pessoa digna de respeito e de interesse, onde aprende segundo suas especificidades e particularidades, portanto o professor precisa estar preocupado com sua aprendizagem. A avaliação deve promover a cidadania deste, como um sujeito digno de respeito, ciente de seus direitos e que tenha acesso a todas as oportunidades que a vida escolar possa lhe oferecer. E sem promover a aprendizagem, isso não acontecerá.

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) refere-se à avaliação como concepção que tem por objetivo zelar pela aprendizagem, portanto é necessário reconhecer as concepções e práticas avaliativas como processo inerente ao ensino, pelas quais estas práticas irão influenciar no desempenho educacional do aluno.

O RCNEI (1998) nos revela que ainda existem no Brasil ações avaliativas sendo praticadas de maneira errônea no que se refere à educação infantil. Esta ação tem gerado consequências que prejudicam principalmente crianças de determinadas camadas sociais.

Portanto, propomos como questão norteadora deste estudo a seguinte indagação: quais os tipos de práticas avaliativas orientadas pelo RCNEI e DCNEI para a educação infantil?

A partir dessa inquietação elegemos como objetivo geral desta pesquisa analisar as práticas avaliativas orientadas pelo Referencial Curricular da educação Infantil (RCNEI, 1998) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, (DCNEI, 2010).

Para atender a este fim delinearemos os seguintes objetivos específicos: a) elucidar o processo avaliativo segundo o que preconiza o Referencial Curricular da Educação (1998); b) aprofundar o conhecimento sobre o assunto com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2010); c) identificar os instrumentos avaliativos orientados pelo Referencial Curricular da educação Infantil (RCNEI, 1998).

Diante do exposto percebe-se a relevância do tema proposto para tal estudo, tendo em vista que a avaliação é um assunto complexo, especialmente quando relacionada à educação infantil. Assim, no intuito de estudar e refletir sobre o tema vislumbra-se ampliar o diálogo acerca do processo avaliativo da educação infantil na perspectiva de contribuir com a discussão do assunto.

Estruturamos o trabalho da seguinte maneira: No primeiro capítulo explicitamos sobre a história da educação infantil e as concepções teóricas que norteiam o processo avaliativo. Dentro destas concepções analisamos o pensamento de Luckesi (1997) e o de Hoffmann (1996). No mesmo capítulo foram enfatizadas as contribuições das Diretrizes Curriculares Educacionais para educação Infantil (DCNEI, 2010) e os instrumentos avaliativos orientados pelo o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI, 1998).

No segundo capítulo informamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Esta foi desenvolvida tomando como referência metodológica a pesquisa bibliográfica, com base em uma abordagem qualitativa. Utilizando este tipo de pesquisa trabalhamos de forma minuciosa, o que nos ajudou na compreensão das idéias encontradas.

O terceiro capítulo refere-se à apresentação e discussão dos resultados da revisão da literatura efetuada. Neste, consideramos livros e documentos que nos ajudaram a encontrar as respostas para os nossos questionamentos. Documentos como a LDB (1996), DCNEI (2010) e RCNEI (1998) foram analisados minuciosamente.

Por fim, tecemos as considerações finais, revelando os achados da pesquisa, reafirmando que a avaliação na educação infantil deve ser realizada como construção e mediação do ensino e aprendizagem. Sabemos que o assunto é polêmico e tão pouco se esgota com a finalização deste trabalho. Esperamos que este tema seja objeto de estudo de trabalhos futuros a fim de ampliarmos cada vez mais o entendimento sobre o assunto. Dando continuidade dispõe-se a seguir as considerações teóricas que nortearam o presente trabalho.

1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As primeiras escolas destinadas à infância tinham como caráter de formação a admoestação do indivíduo. Seus preceitos estavam baseados na disciplina, onde a criança não tinha o direito de se expressar livremente. Segundo Hoffmann (1996) sua estadia na escola restringia-se a sua formação física deixando de lado a formação cognitiva, motora, social, emocional e afetiva.

A criação das instituições de educação infantil está totalmente arraigada com o advento da entrada da mulher no mercado de trabalho. Como a mão de obra feminina foi cada vez mais tomando espaço nas fábricas e indústrias, o governo se viu obrigado a criar instituições que abrigassem as crianças enquanto suas mães trabalhavam. Essas instituições denominadas de creche foram criadas com caráter assistencialista, onde o objetivo era cuidar do bem estar físico das crianças. De acordo com Libâneo (1998) as creches eram propriamente lugar de gente pobre.

Com o passar do tempo percebeu-se a necessidade de preparar essas crianças para a escola de 1º grau, pois as mesmas chegavam a este nível de ensino muito despreparadas. A partir de experiências com essas crianças, educadores como Froebel (2001), Pestalozzi (2010) e Montessori (2010) formularam propostas pedagógicas que já não se baseavam no assistencialismo, mas na educação. Estes pensadores contribuíram grandemente com estudos sobre a infância. Como declara Hoffmann (1996) foi através dos seus estudos e ações que se instituíram as pré-escolas. Estas atendiam crianças entre quatro e seis anos.

Com a concepção de criança como sendo sujeito de direito, as creches e pré-escolas deixaram de ser prerrogativa das mães, para serem instituições totalmente voltadas para os direitos das crianças, onde estas teriam suas necessidades atendidas. É importante ressaltar que as creches e pré-escolas atuais já não concebem a educação realizada em seu seio como premissa para o acesso ao ensino fundamental. Vejamos o que diz o DCNEI (2008) sobre o assunto: “A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental” (DCNEI, 2008, p.15).

No Brasil, o direito à educação infantil foi oficializado com a Constituição de 1988 que no seu artigo 208º inciso IV, o qual menciona: “que é dever do Estado garantir a educação infantil em creches e pré-escolas, às crianças até cinco anos de

idade”. (Brasil, 1988, art.208º, IV) Outro documento que enfatiza o dever do Estado com a educação infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2008). No documento, a criança também é ressaltada como sendo sujeito de direito. Vejamos o que elenca o documento:

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2008, p.12)

Com as mudanças ocorridas devido à legislação que expunha como deve ser o ensino na educação infantil, ficou inviável a separação do cuidado com a educação. Diante do exposto, as instituições agora não só tinham o objetivo de cuidar, mas também o de educar. Surge então o binômio indissociável cuidar e educar na educação infantil. Esse binômio torna-se o princípio educativo desta faixa etária.

O RCNEI se expressa sobre o assunto:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCNEI, 1998, p.23)

Para cuidar e educar é preciso estar comprometido com o outro, aceitando suas singularidades, especificidades e particularidades. Para se trabalhar com crianças é necessário vê-las como agente transformador da sociedade e da própria vida. Como preconiza Hoffmann (2012) para que isto aconteça é preciso interessar-se por elas percebendo o que as mesmas sentem e pensam. Sem desconsiderar

como estas veem o mundo a sua volta, pois só a partir daí se poderão possibilitar ações que estimulem suas aprendizagens.

Ainda de acordo com a autora essas ações podem ser propiciadas pelo brincar, pois este se constitui como a principal atividade exercida na infância. Brincando, a criança expressa a sua visão sobre o mundo a sua volta. Através das brincadeiras ela desenvolve competências que a ajudarão a entender as regras e papéis sociais que lhe são impostos.

Portanto, a educação infantil se distingue dos demais níveis de ensino. A sua finalidade não é a promoção, mais sim o alcance do desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, é necessário ver esta faixa etária do ensino como lugar que oferece condições para o crescimento cognitivo, emocional, social e afetivo.

A LDB (1996) reza em seu texto:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 1996, art.29)

Logo, para se trabalhar com esta faixa etária é preciso identificá-la como singular, nas quais as ações desenvolvidas proporcionem às crianças pequenas a possibilidade de ampliar o conhecimento que trazem consigo.

Com este pensamento, o ambiente a recebê-las deve estar adequado às suas especificidades, levando em consideração o ambiente físico, o tempo, os materiais a serem utilizados na aula e principalmente o sujeito a qual se destina esse nível de ensino.

O processo avaliativo não fica de fora desse contexto, pois este é uma prática constante nesta faixa etária. Através deste ato, o educador conceberá como está sendo realizado o processo de ensino e como o aluno está se desenvolvendo. Esta ferramenta metodológica educacional auxiliará o docente no diagnóstico de sua realidade e na ressignificação de suas práticas. Com isto, percebemos o quanto a avaliação é importante no contexto educacional.

A expressão avaliar (determinar valor de) tem sido vista como sinônimo de julgamento e por causa desta concepção muitas controvérsias têm surgido. Uma delas refere-se ao professor, pois este, muitas vezes, avalia seu aluno considerando

apenas os métodos quantitativos. Este termo sempre foi relacionado aos conceitos colocados no boletim, a recuperação que era feita no final do ano e a reprovação, caso as notas não fossem satisfatórias como menciona Hoffmann em seu livro – Mito e Desafio: Uma perspectiva Construtiva, publicado em 1996.

Na Educação Infantil, a avaliação é orientada pelo (RCNEI, 1998, p. 59) como sendo: “uma etapa que deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças”. O que significa dizer que a avaliação nesta faixa etária não tem como objetivo a promoção do aluno para séries subsequentes. Sua utilização se restringe ao levantamento de dados que proporcionarão conhecimento do aluno, percebendo-o como ser em desenvolvimento. O documento ainda enfatiza que as principais funções da avaliação na educação infantil são de acompanhamento do desenvolvimento e redirecionamento da prática educativa se esta não estiver gerando aprendizagem.

Luckesi (2000) nos relata que até bem pouco tempo a avaliação era realizada apenas de maneira estanque e pontual, sem considerar o processo de desenvolvimento de aprendizagens dos alunos, seus diferentes ritmos e cognições. Ou seja, só o professor participava deste processo. Nessa perspectiva, a função da avaliação era classificar, controlar e excluir. Praticando a avaliação de maneira classificatória, o professor apenas cumpria um papel burocrático, fazendo com que seu aluno fosse penalizado, diante dos resultados obtidos. Constantemente escutamos relatos de estudantes que foram prejudicados devido à forma como foram avaliados.

No novo cenário educacional não há espaço para classificação e mensuração, sem considerar os avanços e dificuldades de todo processo educativo. A nova perspectiva educacional orientada pelos documentos formuladores de políticas públicas exige uma visão mais crítica e contextualizada do processo de aprendizagem do aluno. Ou seja, o foco deixa de ser o ensino e passa ser a aprendizagem. Neste sentido, a avaliação deixa de ser vista como etapa final do percurso e começa a ser visualizada como processo onde não há seleção, promoção ou classificação.

Tanto o DCNEI (2010) quanto a LDB (1996) preconizam em seus textos que o acompanhamento deve ser o objetivo da avaliação. Logo, esta não deve ser utilizada como meio de repreensão, mas como método de identificação do processo educativo. Baseada nessa vertente, a avaliação deve ser construtiva, objetivando

contribuir com a aprendizagem do aluno. Um exemplo claro é a correção de uma prova escrita onde o professor ao invés de olhar os erros deve interpretá-los como pontos que precisam ser motivados e estimulados para futuro avanço e progresso. Convém ressaltar que isto só é possível através de estratégias pedagógicas que o professor irá desenvolver a partir de um planejamento específico, conforme necessidade e especificidades do aluno.

Luckesi (2000) afirma que a avaliação dá suporte para que o aluno faça o seu caminho a partir de onde está, tomando consciência de si mesmo, de seu processo, de seu valor, de suas possibilidades e de seus limites. Logo, a percepção que o professor tem sobre a avaliação vai determinar como e quais métodos avaliativos deverão ser utilizados.

Para este autor, a avaliação exige uma apreciação do fazer avaliativo tendo este ato como propulsor de liberdade e autonomia, subsidiando o encaminhamento mais saudável possível do educando na sua trajetória do aprender. Ou seja, a avaliação deve ser entendida como ato social que tem como foco do processo o educando. Luckesi (2000) sintetiza o que deve ser o processo avaliativo no contexto escolar.

A prática da avaliação da aprendizagem, para manifestar-se como tal, deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica, e não voltada para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Por si, a avaliação, como dissemos, é inclusiva e, por isso mesmo, democrática e amorosa. Por ela, onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. (LUCKESI, 2000, p. 11)

Portanto, a avaliação que é praticada com o objetivo de mediação e construção centraliza a aprendizagem como agente principal desse processo. Através da ação avaliativa o professor irá questionar erros e acertos, pois só através desse diagnóstico será possível traçar novos planos para que a aprendizagem aconteça. Logo, a relação estabelecida entre professor e aluno é de fundamental importância.

Vygotsky (1998) defendia que o ser humano é dotado de afeto e este é determinado pela sociedade em que vive. Portanto, é necessário conceber, em

primeiro lugar, a relação que há entre aluno e professor, pois avaliar significa dar valor e, no caso da escola, dar valor ao que o aluno sabe.

Neste sentido, a relação entre estes personagens torna-se relevante para que haja aprendizagem, pois não sendo bem articulada irá causar prejuízos no processo avaliativo. O autor compreendia que o homem é produto do desenvolvimento de processos físicos, mentais, cognitivos e afetivos que estabelece em sociedade, por isso, a forma com que é avaliado irá influenciar bastante no seu progresso e autonomia tanto como aluno como cidadão participante na sociedade.

Esta relação nos leva a entender que existe uma proximidade entre afetividade e desenvolvimento cognitivo. Contudo, faz-se necessário ressaltar que o modelo tradicional de avaliação desconsidera esse aspecto sócio-cognitivo, emocional e relacional, o que resulta num distanciamento entre professor e aluno. Ou seja, se o aluno não é valorizado em suas capacidades e estimulado em suas potencialidades, dificilmente alcançará o êxito almejado. Desse modo:

O professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida, na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva de si mesma. (RCNEI, 1998, p.60)

A avaliação praticada nas escolas deve considerar o aspecto sócio-emocional do aluno, pois através deste conhecimento ela terá condições de planejar e concretizar os objetivos elencados em seu programa institucional.

Hoffmann (1996) defende a avaliação como sinônimo de evolução. O objetivo maior consiste em acompanhar o processo de construção do conhecimento e, para isso, é preciso estar junto ao aluno, acompanhando-o passo a passo. O professor não pode se por de pé no fim do caminho para quantificar os pontos feitos pelo aluno, mas caminhar junto, construindo conhecimento e relações.

De acordo com Hoffmann (2012), o ato avaliativo também preocupa os docentes, pois de acordo com os resultados obtidos na avaliação ele vai diagnosticar onde está falhando. Muitas vezes, este docente conhece qual o melhor método avaliativo a ser adotado em sua práxis, no entanto, precisa ficar preso a normas burocráticas exigidas pela estrutura organizacional da escola onde trabalha. Desta forma, fica evidente a discrepância entre a teoria e a aplicação.

Existem leis, pareceres, resoluções que regem a organização do ensino nas escolas, existem regimentos e determinações que regem a ação do professor na sala de aula, existem exigências do professores aos alunos decorrentes dessa configuração. Tomar consciência desse jogo de poder é essencial à reconstrução do significado da avaliação. Não é o especialista em gabinete, afastado da docência e do contexto da sala de aula, que terá condições de conduzir estudos avaliativos inovadores. É a partir da ação coletiva e consensual dos professores que isso poderá acontecer (HOFFMANN, 1996, p.11)

Muitas mudanças já foram discutidas e legisladas, mas é preciso que o discurso esteja interligado à prática como binômio indissociável, e esta é realizada pelo professor. Hoffmann (1996) escreve que a essa prática avaliativa do professor reproduz e assim revela fortemente suas vivências tanto como estudante quanto como educador. É como se seu trabalho fosse reflexo do que viveu.

Para que haja ruptura neste processo é importante salientar o papel das leis e das organizações governamentais responsáveis pela educação. A intervenção pode ser feita, mas é preciso que as medidas asseguradas em lei sejam cumpridas. A LDB (1996) no artigo 9º enfatiza que a avaliação deve estar vinculada ao conceito de qualidade, com isto entendemos que seu objetivo não é punir e sim colocar o aluno como sujeito de direitos que merece ser avaliado com critérios que o ajude a perceber onde pode melhorar e assim desenvolver sua aprendizagem.

Hoffmann percebe isto quando afirma:

A criança, o jovem, aprimoram sua forma de pensar o mundo à medida em que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam e reformulam suas hipóteses. Conceber-se-ia, assim a avaliação desvinculada da concepção de verificação de respostas certas/erradas, encaminhando-a num sentido investigativo e reflexivo do professor sobre as manifestações dos alunos. (HOFFMANN, 1996, p.67)

Esse movimento de interação é proporcionado com a avaliação mediadora, pois nesta, os instrumentos avaliativos não são vistos como obstrução, mas como caminho de interligação entre o erro e a aprendizagem. A não construção do conhecimento vai proporcionar a investigação do que não está sendo aprendido e o porquê desse insucesso. O acompanhamento deste processo irá proporcionar ao

professor o pensar reflexivo de como está utilizando os instrumentos avaliativos. O uso destes instrumentos só terá sentido se forem aplicados com o objetivo de proporcionar reflexões, interações e transformações que privilegiem o processo de ensino e aprendizagem.

Hoffmann (2012) também considera essa complexidade e chama a atenção, dizendo:

Abordar o tema “Avaliação e Educação Infantil” é bastante complexo, porque não se pode deixar de articulá-lo a questões que lhe são pertinentes, tais como a concepção de infância na atualidade, as teorias de construção do conhecimento, as questões curriculares e a constituição do cenário educativo para crianças de zero a seis anos. (HOFFMANN, 2012, p.9)

Todo o cenário que envolve a educação infantil contribuirá para a forma como a avaliação será realizada. Vários fatores serão determinantes no momento do ato avaliativo: a percepção do professor, o ambiente, o contexto educacional e o planejamento em que a escola ou creche se baseiam, pois cada avaliação realizada norteia-se por uma linha de pensamento institucional.

1.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil elenca uma nova etapa no ensino brasileiro. Para entendermos sua concepção é preciso voltar um pouco no tempo. Antes que essa primeira etapa da educação fosse criada o conceito de infância passou por várias modificações.

No princípio da civilização, a criança era vista de diferentes formas conforme a sociedade em que estivesse inserida. Mesmo estando numa mesma sociedade a visão sobre ela modificava de acordo com a classe social em que se encontrava. Com isto, percebemos que seu conceito perpassa pelo tempo sendo construído historicamente.

De acordo com o RCNEI (1998), as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. No entanto, para que essa concepção fosse criada e aceita muitos fatos sociais aconteceram antecedendo este pensamento.

A criança era vista como ser frágil e incapaz, que em nada contribuía com o meio social em que vivia. Essa forma de pensar a deixava a mercê de práticas subumanas. Ariès (1981) nos relata que o infanticídio era prática comum e até incentivada, inclusive como proposta política de controle populacional.

A partir do século XIX, a concepção de criança e infância começou a surgir. Isto devido às mudanças ocorridas na sociedade que estava em grande processo de transformação e também pelos avanços científicos que a identificavam como ser incompleto e que precisava de cuidados para que se preservasse a existência humana. Essa então passou a ser vista como ser que faz parte da sociedade e que possui características que a diferenciam dos adultos.

Na atualidade, a criança já não é mais vista como ser frágil que não possui identidade, esta é concebida como ser atuante que possui direito e capacidade de estabelecer relações na sociedade em que está inserida. Vários estudiosos se inclinaram a pesquisar esta nova concepção de criança que estava surgindo na sociedade. Estes estudos geraram teorias que nos ajudam a explicar o processo que a criança percorre para que o processo de aprendizagem aconteça, temos: Piaget (1970) com a teoria da aprendizagem cognitiva, Vygotsky (1988) com a teoria da aprendizagem sócio-histórica e Wallon (1948) com a teoria das emoções. Esses

autores ajudaram a construir as concepções e práticas hoje utilizadas nas escolas de educação infantil.

O cenário educativo que atende a essa faixa etária modificou-se com o passar dos anos. O século XX adentra com muitas revoluções e protestos sociais, onde um deles foi o direito das mulheres trabalharem deixando seus filhos protegidos. As crianças, de tenra idade, não tinham direito a escolarização, o espaço destinado a elas era a creche, que tinha como objetivo o cuidar físico dessas enquanto suas mães trabalhavam.

O trabalho desenvolvido nas creches era totalmente assistencialista, o cuidar estava dissociado do educar. Apenas com a criação da LDB (1996) é que esta faixa etária foi reconhecida como primeira etapa da educação básica. Após esse texto, fica clara, a necessidade de se pensar a educação infantil como nível de ensino. Esta conjuntura impôs a reformulação das instituições que abrigavam as crianças, tanto no contexto físico como no educacional.

Para que se pudesse pensar em como planejar, trabalhar e assegurar os direitos das crianças, vários documentos foram elaborados com o objetivo de regulamentar e promover o acesso à educação.

No tocante a educação infantil, temos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) entre outros. Todos esses documentos trazem no seu texto a importância desta faixa etária no desenvolvimento do ser humano. Estes também enfocam o processo avaliativo como parte integrante da aprendizagem.

A avaliação não é um ato recente, no entanto, na educação infantil ganhou novo significado. Os métodos avaliativos no ensino fundamental se destinam a medir o conhecimento do aluno, essa medição tem como objetivo promover ou reter o aluno na série em que está. No tocante a educação infantil a avaliação tem como objetivo o diagnóstico, esta irá proporcionar o crescimento e reconhecimento do processo educativo.

Segundo Hoffmann (2006), o desafio que o contexto educacional atual encontra em relação à avaliação diz respeito à quebra da concepção do termo como sendo sinônimo de exclusão. A avaliação deve estar à mercê da aprendizagem, onde deve ser utilizada como meio que a propicia. Nesta concepção, a avaliação é vista como mediação e nunca como canal de interferência.

Hoffmann demarca o assunto quando diz que:

[...] a avaliação mediadora não mais privilegia a homogeneidade da turma, a classificação do aluno e a competição, mas valoriza o respeito à individualidade, à confiança na capacidade de todos, à interação e à socialização. (HOFFMANN, 2006, p.19-20)

Praticada desta forma, ela se constituirá como meio que interliga o aluno ao processo de aprendizagem. O educador que utiliza a avaliação mediadora proporciona ao seu aluno a oportunidade de aprender e crescer através dos seus erros e acertos. Este tipo de avaliação não tem como finalidade resultado final, mas sim, construção de um caminho sem término.

Luckesi (2005) defende uma avaliação construtiva e inclusiva que leve o aluno a caminhar mais longe do que está. Ele ainda nos fala que a avaliação atende a um determinado projeto, onde este irá subsidiar sua ação. O autor elenca que “[...] Um projeto pedagógico que sustente uma prática de avaliação tem na sua base a crença de que o ser humano é um ser em desenvolvimento, um ser em construção permanente.”

Com isto, entendemos que o projeto pedagógico construído para educação infantil deve contemplar esta fase como primordial no desenvolvimento humano. Portanto, a ação avaliativa praticada na educação infantil deve considerar o contexto social, emocional, intelectual em que a criança está inserida.

1.2. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil tem como objetivo principal o acompanhamento do desenvolvimento da criança. O seu texto elenca itens que enfatizam quais os objetivos que devem alicerçar a avaliação na educação infantil. Segue o texto na íntegra:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; A não retenção das crianças na Educação Infantil. (DCNEI, 2010, p.29)

O texto propõe que a avaliação seja contínua, onde seu processo seja feito de maneira que as especificidades, particularidades e singularidades infantis sejam respeitadas. Cada criança tem seu tempo de aprender e se desenvolver, portanto as atividades realizadas devem contemplar esse entendimento. Através da utilização de vários métodos avaliativos o professor terá a oportunidade de conhecer qual melhor se molda à criança.

Como cada uma das crianças se diferencia no seu jeito de ser e pensar nada mais justo que sua avaliação também contemple isto. Acerca dessa compreensão Libâneo escreve que:

A avaliação sempre deve ter caráter de diagnóstico e processual, pois ela precisa ajudar os professores a identificarem aspectos em que os alunos apresentam dificuldades. A partir daí, os professores poderão refletir sobre sua prática e buscar formas de solucionar problemas de aprendizagem ainda durante o processo e não apenas no final da unidade ou no final do ano (LIBÂNEO, 2004, p.253).

Quando o professor toma consciência da especificidade dessa faixa etária, ele se declina a observar, a escutar, a conversar e a avaliar melhor as suas crianças. A avaliação sempre é feita de acordo com o que se vê, mas como está sendo visto? Para Hoffmann (2012, p.87) “cada pessoa interpreta o que observa de uma maneira própria e única”. O que significa dizer que a avaliação deve considerar a percepção de cada indivíduo acerca dos conhecimentos respeitando seus diferentes ritmos. Sem dúvida, há que se considerar as emoções, sentimentos e experiências vividas.

A avaliação na educação infantil deve contemplar a criança como ser criativo, único, que tem seu tempo próprio de aprender e se desenvolver. Portanto, a avaliação deve constituir um processo de evolução, onde criança e professor evoluem juntos.

1.3 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS ORIENTADOS PELO O REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), vem difundindo, nos últimos anos, vários programas que preconizam conteúdos e métodos educacionais que deverão ser trabalhados neste nível de ensino. Dentre inúmeras propostas, o nosso foco se aterá aos métodos avaliativos utilizados para avaliar a criança no contexto da educação infantil. A LDB enfatiza em seu texto que:

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (LDB, 1996, Artigo 31- Seção II. p.12)

Na citação fica claro que a avaliação realizada na educação infantil se distingue dos demais níveis de ensino. Nesta, a avaliação não tem o objetivo de promover os alunos para séries subsequentes, mas identificar problemas que estejam impedindo este aluno de se desenvolver. A partir desta observação será possível delimitar soluções que erradiquem o problema encontrado. O artigo 9º menciona a avaliação como sendo propulsora de um ensino de qualidade, mas esta qualidade só será alcançada se propiciar aprendizagem. Vários são os textos encontrados na LDB (1996) sobre o tema abordado, diversos artigos retratam que a avaliação deve ser feita de forma contínua e que promova avanços.

Todas as atividades desenvolvidas na educação infantil devem contemplar o lúdico como método que integra e socializa. A avaliação não fica de fora dessa premissa, através de brincadeiras realizadas o educador pode observar se seu aluno está se desenvolvendo fisicamente, cognitivamente e emocionalmente.

Segundo o RCNEI (1998, p.22, vol.2) “Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia”. É nesta vertente que a avaliação mediadora e construtiva se apóia, na promoção da cidadania e da autonomia do aluno.

Ainda de acordo com o RCNEI (IBID) o processo avaliativo da educação infantil deve ser constante e designado a prestar assistência ao processo de ensino aprendizagem, oportunizando momentos de conhecimento por parte da própria

criança sobre seu desenvolvimento. O documento enfatiza que a ação avaliativa irá oferecer à instituição a oportunidade de se autoavaliar e redirecionar a sua percepção sobre a prática avaliativa. Com isto, entendemos que a avaliação não é um instrumento de conhecimento do aluno e sim um instrumento que serve para conhecer as situações de aprendizagens que lhe foram oferecidas durante o percurso de ensino.

Neste contexto, a avaliação se dará através da observação e registro. Esses métodos proporcionarão o conhecimento da realidade educativa que seus alunos estão inseridos, propiciando ao professor a oportunidade de refletir sobre o trabalho que está desenvolvendo. Esse registro pode ser feito diariamente para que no final de um determinado período seja transformado em dados para análise.

O RCNEI (1998) enfatiza a importância da observação e do registro como método para que a avaliação seja realizada na educação infantil. Observemos o que este documento nos diz:

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades. (RCNEI, 1998, v.I p.58)

Percebemos então que a observação vai proporcionar ao professor uma percepção geral sobre as crianças. Logo, para que essa observação produza resultados ela precisa ser registrada. Isso vai ajudar a dimensionar o crescimento diário dos aprendentes. A própria LDB (1996) lista isto em sua escrita "... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento...". O registro diário irá constituir um abundante acervo para reflexão da prática pedagógica. Através dele, o educador terá a oportunidade de rever seu planejamento observando em que pontos seu ensino está contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social dos seus alunos.

Comumente, o registro é feito através da escrita, mas este também pode ser realizado através de imagens como vídeos e fotografias. Esses materiais podem ser

utilizados como meio de acompanhamento de aprendizagem pela própria criança. Através das imagens, ela poderá ver seu crescimento e avanços conseguidos. A visão de si mesma irá contribuir para sua autoestima e autonomia.

Para cada atividade o professor poderá utilizar uma forma de registro, sempre tendo o cuidado de não criar estereótipos, para não rotular seus alunos. Por isso que a observação e os registros diários são importantes, pois se estes forem realizados apenas em determinados períodos o professor corre o risco de ser injusto na ação avaliativa. Como menciona Hoffmann (2012), “nunca um dia é igual ao outro”. Com essa concepção o professor nunca pode atribuir um rótulo ao seu aluno, caracterizando-o de forma apriorística, pois quando falamos em desenvolvimento estamos falando de crescimento, suplantação e transformação.

Os registros não podem ser feitos de forma comparativa e padronizada, pois cada criança tem seu jeito próprio de ser e aprender. Não podemos esquecer que o contexto social e cultural que cada uma vive é diferente do outro. Cada ser humano, cada etapa da vida tem suas particularidades e na infância não é diferente.

Hoffmann (2012) defende que o registro deve ser individual e diário. Realizado desta forma, dará consistência a avaliação, pois não só avaliará o aluno, mas mostrará ao professor como foi sua prática e intervenção pedagógica.

Portanto, as observações e registros devem gerar reflexão. Todo esse material proporcionará subsídios que ajudarão a instituição, aos professores, aos pais e aos próprios alunos o conhecer do fazer pedagógico. Os instrumentos avaliativos não são um fim, mas um meio pra conhecer, modificar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho monográfico refere-se ao método de uma pesquisa bibliográfica. Através deste, buscamos o conhecimento teórico do objeto de estudo, tomando como base os referentes Jussara Hoffmann (1996) com a avaliação mediadora e Cipriano Luckesi (1997) com a avaliação construtiva. Ambos defendem que o objetivo central da avaliação não é a punição e sim o conhecimento do processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa realizada também foi corroborada pelo o RCNEI (1998) e o DCNEI (2010), pois estes defendem o ato avaliativo como instrumento de observação e acompanhamento.

De acordo com Miotto (2007), os dados obtidos na pesquisa bibliográfica exigem do pesquisador um olhar crítico e humilde, pois este precisa compreender que o conhecimento adquirido é provisório e limitado. Pautada em uma abordagem qualitativa, buscamos desenvolver um estudo aprofundado sobre o tema analisado.

Ainda segundo Miotto (2007, p.12), “a pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, implica em um conjunto ordenado de procedimentos, de busca por soluções, atentos ao objeto de estudo, e que, por isso não podem ser aleatórios.” Ou seja, o conteúdo pesquisado deve ser analisado de forma rigorosa e minuciosa para que possa contribuir de maneira eficaz com o desenvolvimento do trabalho.

A leitura é a principal fonte de saber na pesquisa bibliográfica. É através dela que os estudos avançam e tomam forma. Lima (2007) enfatiza que há vários tipos de leituras a serem utilizadas neste tipo de pesquisa, são elas: leitura de reconhecimento do material, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva e a leitura interpretativa. Utilizando-se desses diversos tipos de leitura foram realizados vários fichamentos, nos quais os materiais citados acima foram sintetizados com o intuito de averiguar se o assunto estava relacionado com o objeto da pesquisa, ou seja, a avaliação na educação infantil como proposta de construção e mediação.

A escolha do método e da abordagem objetivou maior praticidade e abrangência do tema, uma vez que estes oferecem uma maior cobertura de fenômenos estudados. No entanto, essa praticidade não torna a pesquisa de cunho bibliográfico mais fácil, pois esta requer atenção minuciosa por parte do pesquisador.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi proporcionado por trabalhos já realizados sobre o tema, como: livros de Jussara Hoffmann (Avaliação-Mito e Desafio e Avaliação e educação Infantil - Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança), artigos de Cipriano Luckesi, revistas educacionais como Construir Notícias e sites de busca como Google acadêmico e Scielo. Paralelamente, elencamos como material de estudo o Referencial Curricular nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2010) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996).

As informações obtidas foram analisadas atenciosamente. Nesta análise foi examinada a postura teórica defendida por Hoffmann (1996); (2003); (2012) e Luckesi (1997); (2001), visto que esses autores defendem uma prática avaliativa alicerçada na mediação e construção do conhecimento. A visão teórica adotada por esses dois pensadores nos leva a entender que a avaliação praticada na educação infantil distingue-se da avaliação do ensino fundamental, seja no objetivo como no método utilizado.

Tanto o RCNEI (1998) quanto o DCNEI (2010) enfatizam em seu texto que a avaliação na educação infantil não tem o objetivo de promoção para séries subsequentes, mas sim o acompanhamento e redirecionamento da prática educativa se esta não estiver contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem. Esses dois documentos nos proporcionaram uma visão analítica de como deve ser realizada a avaliação na educação infantil. O RCNEI (1998) nos orienta que o objetivo da avaliação deve ser a melhoria do ensino, pois é através desta que o professor vai direcionar a prática educativa, que deve ser metódica e constante.

Logo, a avaliação não deve ser vista como um instrumento que leva ao processo final, mas como um caminho que proporcionará tanto para o professor como para o aluno o conhecimento das dificuldades existentes. Com isto, o educador terá condições de criar estratégias para que estas dificuldades sejam vencidas e transformadas em aprendizagem. Feita desta forma, constrói, contribui e media.

No geral, este estudo tentou abordar como deve ser a prática avaliativa no contexto da educação infantil, conforme as orientações dadas pelo o RCNEI (1998) e DCNEI (2010), sobretudo, ressaltando os instrumentos necessários para que esta prática seja realizada de forma mediadora e construtiva.

Importa ressaltar que a finalidade desta pesquisa constituiu-se em analisar as informações contidas nos materiais bibliográficos selecionados, onde estes trataram de definir a avaliação na educação infantil como método de análise e reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem.

3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O estudo do assunto foi realizado através da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1999, p.65)

Portanto, para atingir os objetivos elencados na introdução da pesquisa consideramos artigos que tratassem do tema e diversos livros que dessem embasamento para o desenvolvimento do estudo. Autores como Hoffmann (1996); (2001); (2012) e Luckesi (2011) contribuíram com suas teorias de forma relevante no decorrer da pesquisa. Suas contribuições responderam questionamentos existentes.

Os artigos de Luckesi proporcionaram conhecer a sua teoria que traz como eixo norteador da avaliação a construção da aprendizagem. Este teórico reconhece a importância da avaliação no processo educativo, mas não a vê como fator determinante e conclusivo da aprendizagem. Nos livros aprofundamos o conhecimento através das teorias de Hoffmann. Esta autora desenvolveu vários estudos relacionados com o tema da pesquisa. Seu mais novo trabalho lançado em 2012 intitula-se “Avaliação e Educação Infantil – Um Olhar Sensível e Reflexivo sobre a Criança”. Neste, o assunto é tratado com muita seriedade, no qual a autora enfatiza que a avaliação na educação infantil objetiva acompanhamento e deve se diferenciar da avaliação feita no ensino fundamental que objetiva promoção.

Documentos norteadores da educação infantil como o RCNEI (1998); DCNEI (2010); e a LDB (1996) foram objetos de estudo no desenvolvimento do texto. Os documentos entre si trazem a mesma afirmativa no tocante a avaliação na educação infantil. Nestes, ela é vista como ato que favorece acompanhamento e conhecimento, onde estes são adquiridos através de observações e registros.

Em linhas gerais, este estudo buscou enfatizar a questão da prática avaliativa no contexto educacional da educação infantil, sobretudo, ressaltando os

instrumentos utilizados para que essa prática aconteça. Enfim, todo percurso do trabalho só foi possível devido ao material bibliográfico adquirido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise realizada no material bibliográfico elencado no instrumento de coleta de dados, pode-se averiguar o objetivo da avaliação no contexto escolar da educação infantil e como esta é orientada pelo o RCNEI (1998) e DCNEI (2010).

Sabe-se que a avaliação sempre ganhou destaque no contexto escolar, tal relevância foi dada devido a esta ação ser vista como percurso final do ano letivo. No entanto, conforme autores e documentos estudados, avaliar vai além de diagnóstico puro e simples, pelo contrário, é um trabalho complexo, pois exige de quem pratica um olhar crítico e ao mesmo tempo mediador e construtivo.

Especificamente relacionada à Educação Infantil, a avaliação deve ser distinta da avaliação utilizada no ensino fundamental, tendo em vista que não deve priorizar a promoção e sim o acompanhamento. Este acompanhamento deverá ser feito pelo professor constantemente.

Segundo Hoffmann (2012) a relação estabelecida entre professor e aluno irá desencadear situações de aprendizagens. Portanto, as experiências vivenciadas no cotidiano da sala de aula serão de fundamental importância para o desenvolvimento infantil.

A lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) preconiza que o objetivo da avaliação deve ser o acompanhamento da aprendizagem. Com isso torna-se relevante conhecer as concepções e práticas em que a avaliação na educação infantil se baseia.

Os questionamentos feitos no início da pesquisa foram contemplados e respondidos através da análise dos documentos RCNEI (1998), DCNEI (2010) e das teorias formuladas por Cipriano Luckesi (1997) e Jussara Hoffmann (1996).

Hoffmann (1996) em seus estudos analisa a avaliação como sendo sinônimo de evolução. Com este pensamento a autora corrobora com o texto do RCNEI (1998) quando diz: “que a avaliação na educação infantil deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem” (RCNEI, 1998, p.59). Logo, o seu objetivo contempla o acompanhamento da construção da aprendizagem como alvo principal do processo avaliativo. Ou seja, a avaliação nunca deve ser um empecilho e sim uma condutora do processo que não busca um resultado final, mas sim a construção de um caminho sem fim.

A autora nos apresenta a avaliação mediadora como um exemplo de prática que busca o bem estar do aluno, pois nesta a prática avaliativa é sinônimo de acompanhamento, no qual este proporciona a oportunidade de interligação do erro com a aprendizagem. Este tipo de avaliação permite o refazer da ação, pois vários fatores determinam o modo que a avaliação é feita. Logo, a percepção do professor, o ambiente, o contexto educacional e o planejamento que a instituição se baseia irão interferir nesta ação. Portanto, compreendemos que a forma que a avaliação é feita e com o propósito que é realizada estará ou não a serviço da aprendizagem.

O caminho aguçado por Hoffmann (2012) também é apontado por Luckesi (1997). Este defende uma avaliação construtiva que contemple o aluno em todas as suas esferas, sejam sociais, emocionais ou intelectuais. Como Hoffmann (IBID), ele acredita que a avaliação deve ter como objetivo mediação e construção. Através do ato avaliativo o professor irá questionar sua prática educativa vendo se esta proporciona desenvolvimento.

O autor também não vê a avaliação como ponto final do processo, mas como caminho de ressignificação constante. Uma de suas frases pontua o seguinte: “na avaliação não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor”. (LUCKESI, 1997, p.11).

É na busca desse melhor que o DCNEI (2010) também aconselha como os autores citados que o objetivo da avaliação é o acompanhamento do desenvolvimento da criança, na qual sua utilização não vise promoção ou seleção, mas sim diagnóstico da aprendizagem. Neste diagnóstico, a criança deve ser avaliada segundo suas especificidades e particularidades. Como ser único ela merece ser analisada de acordo com suas singularidades.

Essa análise, ou seja, a avaliação deve ser feita através de observações contínuas e diárias. Para que isto ocorra, o professor pode se utilizar de registros que o ajudarão a acompanhar o desenvolvimento de cada criança. Normalmente esses registros são feitos através da escrita, mas outros meios podem ser utilizados, como: fotografias, vídeos, desenhos e relatórios.

O RCNEI (1998) põe a vista os métodos que podem ser utilizados para o acompanhamento do cotidiano escolar das crianças. O documento enfatiza a observação e como principal instrumento que pode apoiar a prática pedagógica. Essa permite o registro diário do desenvolvimento infantil. Será através destes que o professor tomará conhecimento integral das particularidades de seus alunos.

Os métodos também fornecem o autoconhecimento do professor, pois se autoavaliando ele tomará consciência de como sua prática está proporcionando aprendizagem. O RCNEI (1998) nos traz a importância desses métodos, pois estes proporcionam reflexão para prática pedagógica.

Hoffmann (2012) assim como o RCNEI (1998) elenca que a observação e os registros são de fundamental importância no processo educacional, pois estes oferecem ao educador subsídios para acompanhamento e reflexão do fazer pedagógico. No entanto, ainda há barreiras por parte de alguns professores que acham que esse tipo de avaliação requer muito tempo para ser realizada e com isso trabalham de forma diferente do que preconizam os documentos que regem a Educação Infantil.

Sabemos que avaliar não é uma tarefa simples. Entretanto, esta ação não deve ser vista como algo enfadonho e que não rende frutos. O DCNEI (2010) nos informa que uma das propostas do trabalho com a educação infantil é respeitar o ritmo das crianças vendo-as como capazes de aprender, mas sabendo que cada uma tem um tempo para que esse processo aconteça. Por isso, a importância dos registros neste nível de ensino. É através deles que a avaliação será feita com mais propriedade e sempre com a finalidade de construção e mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todos os materiais elencados neste texto concluímos que a avaliação praticada na educação infantil objetiva acompanhamento, onde este deve ser construtivo e mediador.

A avaliação realizada nessa etapa educacional deve ser norteada pelo que elenca o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI, 1998) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010). Ambos defendem o acompanhamento contínuo como propulsor do ato avaliativo. Esse pode ser realizado através de observações que são corroboradas através de registros. No entanto, por si só não fazem o ato avaliativo, mas proporcionam subsídios para que seja realizado.

É no dia a dia que o educador vai perceber como o seu aluno está se desenvolvendo. Porém, essa percepção não pode ser adquirida quando está restringida a momentos limitados, principalmente quando são utilizadas técnicas repetitivas que não fornecem informações reais.

A LDB (1996) no artigo 29 estabelece que a educação infantil proporcione o desenvolvimento integral da criança. Todavia se a avaliação efetuada sobre a aprendizagem desta for momentânea, a compreensão por parte do professor será fragmentada e estagnada. O RCNEI (1998) marca que a avaliação tem como finalidade a regulação e o redirecionamento do ato avaliativo quando este não está gerando aprendizagem. Logo, compreendemos que a melhor maneira de se praticar o ato avaliativo na educação infantil é através do acompanhamento e registro das informações. Vale ressaltar que a avaliação só cumprirá o papel a que é destinada se for compreendida como ato que proporciona conhecimento e construção.

Em fim, no geral a Pesquisa contribuiu de forma relevante sobre a percepção da atuação do professor e dos meios utilizados por ele no processo avaliativo, isto porque é ele quem media o aluno à aprendizagem. Será através da sua ação pedagógica que o estudante terá a oportunidade de crescer tanto cognitivamente como socialmente. Utilizando-se de instrumentos como a observação e o registro diários o educador terá a oportunidade de conhecer melhor os seus alunos e com isto traçar planos e atividades que estimulem a aprendizagem e promovam reorientação se esta não está acontecendo.

O percurso para o desenvolvimento da pesquisa sofreu limitações, e isto por conta do número reduzido de material teórico. No entanto, a pesquisa desperta anseio de novas buscas sobre o tema, pois existem muitos aspectos a serem considerados. Pontuo como um deles a pesquisa empírica, pois esta poderia averiguar, por exemplo, até que medida os documentos legais que norteiam a avaliação na educação infantil influenciam no planejamento e execução de atividades avaliativas nesse nível de ensino.

Foi de fundamental importância a realização desse estudo, pois este nos proporcionou a oportunidade de conhecer como a avaliação deve ser vivenciada na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC Editora. 2. ed., 1981.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volumes: 1, 2 e 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

FROEBEL. Friedrich A. A Educação do homem. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

_____. Avaliação. Mito e Desafio: Uma Perspectiva Construtivista 21ed. Porto Alegre, RS, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, Para quê? São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Organização e gestão da escola. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na Construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica 2007

LUCKESI, Cipriano. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Revista Pátio, ano 3, nº 12, p.11, 2000.

MONTESSORI, Maria / Hermann Röhrs; tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.142 p.: il. – (Coleção Educadores) -

PESTALOZZI, Johann Heirich / Michel Soëtard; tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto; organização: João Luis Gasparin, Martha Aparecida Santana Marcondes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.112 p.: il. – (Coleção Educadores) -

PIAGET, Jean. A noção de Tempo na Criança. Rio de Janeiro: Record, 1983.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. Psicologia. Maria José Soraia Weber e Jaqueline Nadel Brulfert (org.) São Paulo, Ártica 1986. -